

// Nordeste Transmontano

Carlos Vaz distinguido com medalha de ouro pelo Ministério da Saúde

O presidente do conselho de administração da Unidade Local de Saúde (ULS) do Nordeste, Carlos Vaz, foi distinguido com a medalha de ouro pelo Ministério da Saúde, na passada sexta-feira, dia 5 de abril, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Saúde 2019, que decorreram no auditório da Estufa Fria, em Lisboa.

Nesta sessão comemorativa, este ano dedicada ao tema “Cobertura Universal de Saúde”, o Ministério da Saúde distinguiu “personalidades e entidades que prestaram serviços únicos e exemplares ao Serviço Nacional de Saúde e ao País”, atribuindo medalhas de serviços distintos, que visam o reconhecimento de quem tem vindo a prestar “serviços relevantes no âmbito da Saúde”, informou fonte do Ministério da Saúde.

Com uma carreira dedicada à administração hospitalar, “desempenhada sempre com sentido de rigor



● **Marta Temido (ministra) entregou medalha**

e missão pela causa pública”, Carlos Vaz recebeu a medalha de ouro “pelo percurso profissional que lhe é reconhecido na gestão de serviços de saúde”, referiu a mesma fonte. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, concluiu, em 1985, o Curso de Administração Hospitalar na Escola Nacional de Saúde Pública. No mesmo ano, iniciou a sua atividade profissional no distrito de Bragança, tendo de-

sempenhado funções de administração e direção na área da saúde nos Hospitais de Bragança, de Mirandela e de Macedo de Cavaleiros. Já presidiu ao conselho de Administração do Hospital de S. Gonçalo (2002), do Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua (2005), do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (2007) e do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa (2013).

// Mirandela

Equipa de sapadores florestais está constituída

O serviço municipal de proteção civil de Mirandela foi reforçado, na semana passada, com uma equipa de sapadores florestais composta por cinco elementos. Para além da vocação profissional, centrada na silvicultura e defesa da floresta, esta equipa de sapadores florestais também terá funções na área do combate aos incêndios florestais, com a sua afetação designadamente à primeira intervenção em incêndios florestais, apoio a operações de rescaldo e vigilância ativa pós-rescaldo.

Para a presidente do Município de Mirandela, não há dúvidas que se trata de “uma mais-valia para o concelho, mais concretamente para as questões relacionadas com manchas florestais que temos, nomeadamente a zona do Quadrassal e a da serra de Santa Comba, mais conhecida como a Serra dos Passos, das Lamas ou do Franco”.

Este é o culminar de um procedimento concursal que demorou cerca de um ano, mas Júlia Rodrigues diz ter sido importante estar concluído ainda antes do verão, “para que esta equipa de sapadores florestais já possa estar no terreno para o período mais crítico de incêndios”.

Os encargos com esta equipa de sapadores florestais são repartidos entre a câmara de Mirandela e o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.

No próximo mês de maio, os cinco elementos vão receber uma formação de 325 horas para estarem aptos a exercer as suas funções. A esta equipa de sapadores florestais é concedido equipamento de proteção individual e equipamento coletivo, nomeadamente, equipamento manual, moto manual e viatura equipada para as atividades a desenvolver no âmbito das suas funções.

■ **Fernando Pires**

PUB:

Decisão legislativa discutida e aprovada pelo PE sobre Pesticidas

O Parlamento Europeu (PE) fez no dia 16 de janeiro várias recomendações para tornar o procedimento de autorização de pesticidas mais transparente e para evitar possíveis conflitos de interesses. Os eurodeputados aprovaram, por 526 votos a favor, 66 contra e 72 abstenções, o relatório final da comissão especial sobre o procedimento de autorização dos pesticidas (<http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/pest/home.html>), criada pelo PE em fevereiro do ano passado na sequência da controvérsia sobre a renovação do glifosato. O PE faz uma série de recomendações para melhorar o procedimento de autorização de pesticidas na União Europeia (UE), a fim de alcançar um elevado nível de proteção da saúde humana e animal, bem como do ambiente. Os princípios da prevenção e da precaução devem ser devidamente tidos em conta, insistem os eurodeputados. A comissão especial PEST analisou, por exemplo, a independência do procedimento em relação à indústria, possíveis conflitos de interesses e a transparência do processo de tomada de decisão.

Não à utilização de pesticidas perto de escolas, lares e hospitais

O PE exorta a Comissão a introduzir na legislação europeia medidas específicas para a proteção efetiva dos grupos vulneráveis, a fim de “pôr termo, sem demora nem derrogação, à utilização de pesticidas em grandes espaços próximos de escolas, instalações de acolhimento de crianças, áreas de jogo, hospitais, maternidades e lares para idosos”.

Vigilância pós-comercialização e avaliação dos impactos na saúde humana

Os eurodeputados apelam à criação de um sistema de vigilância pós-comercialização e à realização, pela Comissão Europeia, de um estudo epidemiológico sobre os impactos na vida real dos produtos fitofarmacêuticos na saúde humana. O PE insta a que se proceda a uma “análise sistemática de todos os estudos disponíveis sobre o potencial cancerígeno do glifosato e das formulações à base de glifosato”, a fim de avaliar se se justifica rever a sua aprovação. A assembleia europeia pede também à Comissão que estabeleça limites máximos de resíduos para os solos e águas de superfície, utilizando, entre outros, os dados recolhidos através do controlo ambiental de pós-comercialização.

Registo público dos estudos e período para observações

O PE solicita que seja concedido acesso público aos estudos realizados, incluindo todos os documentos e informações de apoio relacionados com os pedidos de autorização destes produtos, a fim de assegurar a transparência e possibilitar um controlo independente. Os requerentes dos pedidos de aprovação deverão ser obrigados a registar todos os estudos regulamentares num registo público, diz o PE, propondo que seja instituído um “período para observações” durante o qual as partes interessadas possam fornecer dados existentes para assegurar que todas as informações pertinentes sejam tidas em conta. Os eurodeputados propõem também, entre outras medidas, o aumento do financiamento, quer para a Agência Europeia para a Segurança dos Alimentos, quer para as autoridades dos Estados-Membros, de modo a que estas entidades possam desenvolver ainda melhor o seu trabalho, e o reforço da investigação e da inovação na área da proteção das culturas.

Mais informações:

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20190115IPR23551/pesticidas-pe-propoe-medidas-para-melhorar-procedimento-de-autorizacao-da-ue>



Campus de Santa Apolónia 5300-253 **Bragança** | Tel.: 273 303 282 | Web: www.ciedbraganca.ipb.pt